

A MÚSICA DAS PROCISSÕES: 500 ANOS DE FÉ

Leonardo Dantas Silva

Hoje, sexta-feira, primeiro de maio, pela manhã saltamos em terra com a nossa bandeira e fomos desembarcar acima do rio, contra o sul, onde nos pareceu que seria melhor arvorar a cruz para ser melhor vista e ali, para esse efeito, assinou o capitão a cova. E, enquanto a ficaram fazendo, ele, com todos nós, fomos pela cruz, abaixo do rio, onde ela estava. Trouxemos-la dali com esses religiosos e sacerdotes diante, cantando, como em procissão.

Pero Vaz de Caminha

A procissão (do latim, *processione*, “marcha para adiante”) está presente como manifestação religiosa do povo brasileiro, do primeiro momento do Descobrimento por Pedro Álvares Cabral aos dias atuais.

No início da colonização, quando predominava uma sociedade nitidamente medieval, a procissão era a manifestação maior da religiosidade do nosso povo, tal como registra o jesuíta Antônio da Nóbrega quando da fundação de Salvador em 1549: “a primeira solenidade festejada com esplendor nesta heróica e leal cidade foi a procissão de *Corpus Christi*”.

Em Pernambuco, dentre as dezenas de procissões que vinham às ruas durante o ano, tornou-se famosa as de Cinza, que acontecia em Olinda, a partir do século XVII, e depois no Recife, entre 1720 e 1864, abrindo assim as solenidades do período quaresmal; vinham às ruas na tarde da Quarta-feira de Cinzas, após os três dias do entrudo (do latim, *introitu*).

No Recife, em particular, a procissão de Cinza da Ordem Terceira de São Francisco, magnificamente descrita por Francisco Pacífico do Amaral¹, no seu livro *Escavações*, era uma cópia ampliada do que acontecia nas ruas de Olinda, objeto de soneto do poeta baiano Gregório de Matos:

*Um negro magro em sofolié justo,
De joás azoragues dois pendentés;*

¹ AMARAL, F. P. do. *Escavações – Factos da história de Pernambuco*. Recife: Tip. Jornal do Recife, 1884. Recife: Arquivo Público Estadual, 1974. 2ª edição.

*Bárbaro Peres, e outros penitentes;
De vermelho um mulato, mais robusto:*

*Com asas seis anjinhos, sem mais custo;
Uns meninos fradinhos inocentes;
Dez ou doze bichotes, muitas gentes;
Vinte ou trinta canelas de ombro onusto:*

*Debita reverentia, seis andores;
Um pendão de algodão, tinto em tejuco;
Em parêlha dez pares de menores:*

*Atrás um negro, um cego, um mameluco;
Um lote de rapazes gritadores:
Eis aí a Procissão de Cinza em Pernambuco!*

A procissão de Cinza do Recife teve a sua primeira versão em 1710, promovida pelos irmãos terceiros de São Francisco que mandaram confeccionar em Lisboa os andores e vestimentas para uso no novo préstito. Tudo parecia dentro da normalidade, até que o novo préstito religioso veio a sofrer embargo por parte da Ordem Terceira de São Francisco de Olinda. A presença de uma outra procissão de Cinza, na mesma data e na mesma diocese, logo despertou a inveja dos irmãos terceiros de Olinda. Por essa época, vivia-se um período de turbulência envolvendo os habitantes de Olinda e do Recife, motivado pela elevação da primitiva povoação à categoria de vila, em 19 de novembro de 1709, o que veio a dar causa à revolta depois chamada de Guerra dos Mascates (1710).

Tudo começou em 1708, quando a Ordem Terceira de São Francisco do Recife, formada em sua maioria por endinheirados comerciantes portugueses, mandou confeccionar em Lisboa as imagens dos andores de sua procissão, investindo para isso a considerável soma de 1,522 contos de réis. Com a chegada das imagens e alfaias, gerou-se um conflito entre as duas irmandades, do Recife e Olinda, fazendo-se necessária a intervenção do bispo D. Manoel Alves da Costa que, no ano de 1710, permitiu a saída da procissão de Cinza do Recife na primeira sexta-feira da quaresma; permanecendo a de Olinda na Quarta-feira de Cinzas.

No ano seguinte não foi mais possível a realização da procissão, em face da decisão do Cabido Diocesano que, aproveitando à ausência do bispo, suspendeu o préstito do Recife, obrigando os irmãos terceiros a recorrer aos tribunais de Lisboa que, em 1719, lhes deram ganho de causa, além de condenar a Ordem Terceira de Olinda ao pagamento das custas processuais; orçadas em 104,480 mil réis.

Por força da decisão judicial, a procissão do Recife veio a ser realizada com regularidade, a partir de 1720, na tarde da Quarta-feira de Cinzas, constituindo-se em evento religioso de suma importância. Era formado por 17 andores, ladeados por anjos, figuras alegóricas, irmandades religiosas, clero regular e secular, autoridades civis e militares, coros de vozes, sendo encerrada por um pálio sobre o qual o sacerdote conduzia a relíquia do Santo Lenho.

Segundo Pereira da Costa, que consultou o Livro de Tombo da irmandade²:

.... entre a cruz da penitência e a da comunidade, ladeada de círios, viam-se diversos anjos representando o juízo final, a justiça divina, o paraíso, a penitência, a memória da morte, e a confissão, contrição, satisfação, oração, pureza, obediência e desprezo do mundo; as figuras da morte, do inferno, de Adão e Eva, indo esta fiando uma roca e aquele com uma enxada no ombro, da morte, da confissão e da Fé, Esperança e Caridade; os símbolos das árvores da penitência e do paraíso: enfim, um grupo representando os doze mártires do Japão, a que o povo chamava de Santos Inocentes, com a figura do tirano, e três anjos, sendo um deles defensor armado de uma lança [São Miguel].

Descrevendo a cena, Pacífico do Amaral observa ser “imenso o mulheril que de envolta com o sexo másculo ladeava as ruas da Cadeia de Santo Antônio [Imperador Pedro II]; 1^o de Março, então Crespo; Cabugá; Camboa do Carmo; Barão da Vitória, então Nova, etc. etc.”

Certas figuras do cortejo, em vez de despertar fé e penitência, provocavam a hilaridade da turba, a começar pela de um farricoco, apelidado pelo povo de Papa-angu, que, armado de um comprido relho e tocando uma

² COSTA, F. A. Pereira da. *Anais Pernambucanos*. Recife: Fundarpe, 1983. v. 5. p. 311.

corneta, era recebido pelos meninos com uma saraivada de pitombas e constantes vaias.

Por semelhante serviço recebia o Papa-angu uma espórtula; mas em compensação levava tantas pitombadas na cabeça, que era o lugar de preferência escolhido pelos moleques, que o pobre diabo ficava com o cérebro a arder-lhe.³

Entre 1731 e 1741, a parte musical da procissão de Cinza do Recife estava entregue à responsabilidade do mestre-de-capela⁴ da Vila de Santo Antônio do Recife, Jerônimo de Souza Pereira, que para isso contou com o concurso de nove coros e grupos de chameleiros. Sob a sua direção, também se apresentam nas festas da irmandade do Divino Espírito Santo, entre os anos de 1731 e 1741, negros chameleiros, organistas e tocadores de gaitas de fole, tambores e trombetas.

No século XVII, as festas de igreja, com danças acompanhadas de marimbas e violas, se multiplicavam durante os 365 dias do ano. As suas procissões eram acompanhadas por coro de vozes aos quais, a partir da segunda metade do século XVII, foram acrescentadas as músicas das charamelas⁵; como se depreende dos recibos assinados pelo mestre-de-capela Manoel da Cunha⁶ para as irmandades do Senhor Bom Jesus das Portas (1679) e Rosário dos Homens Pretos de Santo Antônio (1709)

Os conjuntos musicais dos “charamelleiros” é que nunca devem ter faltado às festividades da Senhora do Rosário, como também, muito provavelmente, deviam abrilhantar o dia da coroação dos reis e rainhas, angolas ou crioulos. As charamelas constituíam especialidade dos negros, escravos ou não. Trata-se seguramente de uma herança direta da cultura portuguesa, implantada no nordeste brasileiro já

3 AMARAL, F. P. do. op. cit. 2ª ed. p. 186.

4 Mestre-de-capela: diretor musical de uma capela de nobres, de uma igreja ou catedral, responsável pela parte musical da liturgia e pela formação e direção dos cantores.

5 “Denominação antiga para o grupo de instrumentos a que pertencem o *chalumeau* – antigo instrumento de sopro, precursor da atual clarineta, de timbre estridente e áspero, dotado de palheta simples, da família da flauta – e as bombardas – instrumento de sopro de madeira de palheta dupla. As charamelas são antecessoras de instrumentos como o oboé, o clarinete e o fagote”; in *Dicionário Grove de Música*. Rio: Jorge Zahar, 1994.

6 Nas solenidades de coroação dos reis negros, aparece como “Rainha Crioulas”, nos anos de 1680-81, nos manuscritos da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos da Vila de Santo Antônio do Recife a figura de “Adriana da Cunha escrava do Licenciado Manuel da Cunha”, sendo o seu nome repetido por vários anos consecutivos, sempre em cargo de destaque na diretoria daquela irmandade. Em 1692-93, ela é eleita “Mordoma”, não mais na condição de escrava do Licenciado Manuel da Cunha, mas no seu novo status: “Adrianna Cunha forra 13000”. A sua atividade é registrada no *Livro de Receita e Despesas* (1674-1726) até o ano de 1722-23, quando aparece com o seu novo nome de casada: “D. Adriana da Cunha Morena”. Entre os escravos pertencentes ao mestre capela Manoel da Cunha, com atuação na Irmandade do Rosário, figuram ainda os nomes das juízas Branca da Cunha e Maria da Cunha, eleitas em 1692; bem como o nome do juiz Domingos da Cunha, eleito em 1709. O padre Jaime Diniz, in *Músicos pernambucanos do passado*, v. 2, p. 21, aventa a hipótese do Licenciado Manuel da Cunha ter sido sacerdote.

desde remotas eras, inclusive no meio indígena, segundo importante fonte do século XVII [Ambrósio Fernandes Brandão, in *Diálogos das grandezas do Brasil*]: ‘juntamente aprendem a ler, a escrever e a contar; e assim são bons chameleiros....’⁷

Na *Summa Triumfal*⁸, atribuída por frei Antônio de Santa Maria Jaboatão ao frei Manoel da Madre de Deos⁹, datada de 1745, aparece a figura do mestre-de-capela da Vila de Santo Antônio do Recife, padre Jerônimo de Souza Pereira, como responsável pela parte musical da grande festa que se operou, na “igreja dos Pardos da Senhora do Livramento”, em honra do mártir São Gonçalo Garcia, “com uma colleção de vários folguedos e danças ...”. Nas solenidades realizadas registra o cronista “uma confusão de cascavéis [guizos], clarins, trompas, charamelas e atabales”. Na procissão “dous suavíssimos ternos de charamelas precediam toda luzida comitiva...” Sobre o assunto observa que os irmãos saíram pelas ruas principais do Recife, no dia 30 de agosto, “revestidos de riquíssimas opas, a quem procediam dous ternos de charamelas, e boazes [oboés], com cuja harmonia, e suavidade se incitava a população devoção, de que resultou numerosa quantia”. Mais adiante, confirma a mesma fonte a presença de “uma grande quantidade de instrumentos, como violas, pandeiros e marimbas – ‘gentílico instrumento’ – flautas, tocadas por três flautistas, e ‘dois sonoros Orfeus’ [cantores], que com suave melodia cantavam os devidos louvores...”

Na segunda metade do século XVIII, o cenário musical da capitania pôde ser avaliado por conta da extensa carta do bispo de Pernambuco, Dom Francisco Xavier de Aranha, enviada ao Secretário do Ultramar, Tomé Joaquim da Costa Corte Real, narrando em detalhes as

7 DINIZ, Jaime Cavalcanti. *Músicos pernambucanos do passado*. v. 2. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1971. p. 28.

8 *SUMMA TRIUMFAL da nova e grande celebridade do glorioso e invicto martyr, o beato Gonçalo Garcia, pelos homens pardos de Pernambuco, dedicado ao Senhor Capitão José Rabello de Vasconcelos, pelo seu autor Soterio da Silva Ribeiro, com uma colleção de vários folguedos e danças e a oração panegírica que recitou o padre Frei Antonio de Santa Maria Jaboatão no dia 1º de maio de 1745*. Lisboa: Officina de Pedro Ferreira, 1753. 20 x 14; XIII, 164 p. – MORAES, Rubem Borba de. *Bibliographia brasiliana*. Amsterdam: Colibris, 1958; v. 2, p. 9. BLAKE, Sacramento. *Dicionario bibliographico brasileiro*, v. 6, p. 153.

Na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 153. Ano 1926. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928, a publicação aparece com o título de *Summa Triumfal* etc. (!), o que veio dar margem a citação errada de muitos que se basearam em tal publicação.

9 Frei Manoel da Madre de Deos assinou a *Summa Triumfal* sob o pseudônimo de Soterio da Silva Ribeiro. Sua biografia nos é dada pelo frei Antônio de Santa Maria Jaboatão, no seu *Novo Orbe Seráfico Brasílico*. Lisboa: 1761. Tomo 1, p. 224: Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1858. Tomo 1, p. 369: “... natural da cidade da Bahia [1721] e professor no convento da Vila de Igaráu em Pernambuco a 5 de maio de 1745, em idade de 24 anos incompletos. Por moléstia, que padecceu nos primeiros anos de religioso, não continuou os estudos Maiores, tendo mostrado pelos Clássicos capacidade para todos. De tudo é bastante prova o seguinte: *Summa* [sic] *triumfal da nova e grande celebridade do glorioso e invicto martyr o beato Garcia, pelos homens pardos de Pernambuco*. Esta obra saiu impressa com o suposto nome de *Soterio da Silva Ribeiro*. Lisboa, na Officina de Pedro Ferreira, 1753.”

solenidades acontecidas no Recife, no período de junho a outubro de 1759, em regozijo ao sucesso do Rei D. José I, que saíra ileso de atentado contra sua vida em Lisboa. Em documentação revelada por Francisco Curt Lange¹⁰, por diversas ocasiões se depreende a presença de quatro diferentes coros, acompanhados de pequenas orquestras, compostas por instrumentos de sopro e cordas, bem como primitivas bandas militares, Charamelas, que se apresentavam nas ruas, nos coretos e nos templos do Recife e Olinda, a exemplo dos dias:

6 de junho, igreja da Conceição dos Militares: "...entrou a Música a arrebatá-los os sentidos com a sua harmonia, e alvoroçar os ânimos as Charamelas, Atabales, Clarins, Fraitas (sic), e outros instrumentos de assopro [...] e se cantou o Te Deum com magnífica pompa [...] Houve os costumados festejos de repiques, luminária, Músicas, e danças".

28 de junho, igreja de São Pedro dos Clérigos: "... [foram eretos] quatro coretos para a Música. Com o repique dos sinos ao meio dia de 28 de junho, e com o som das Charamelas, Atabales, e Clarins se deu princípio a sagrada solenidade..."

É da segunda metade do século XVIII o aparecimento das bandas militares, ainda em sua fase embrionária, como conjunto de instrumentos de sopro e percussão de determinado grupamento. Ao tempo do governo de D. Tomás José de Melo (1787-1798) foram criadas bandas musicais nos regimentos milicianos do Recife e Olinda, bem como no terço auxiliar de Goiana (1789), mantidas pela respectiva oficialidade. Eram conjuntos de constituição simplória, formados por dois pífaros (flauta transversa rústica, com seis orifícios), duas clarinetas, um fagote, duas trompas, caixa, surdo e zabumba.

Em face da presença desse último instrumento, que nos desfiles se destacava dos demais, o conjunto na sua totalidade era conhecido popularmente pela denominação de zabumba. Assim referido pelo padre Miguel do Sacramento Lopes Gama, no seu jornal de críticas *O Carapuiceiro*, em artigo sobre "Os velhos namorados", publicado na edição de 10 de junho de 1837, onde assinala que "a senhora Brijolândia conta já mais de 12 lustros: já andava na escola quando governou Pernambuco José César de Menezes [1774-1787] e já era madura quando apareceu aqui o Zabumba pela primeira vez".¹¹

10 LANGE, Francisco Curt. "Documentação musical pernambucana", in *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambucano*. v. 51. Recife, 1979.

11 GAMA, Miguel do Sacramento Lopes. *O Carapuiceiro 1832-1842*. Organização e prefácio de Leonardo Dantas Silva. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1983. 3 v. il. *Fac-símile* da coleção do jornal de 1832-42. (Coleção Recife, v. 28).

Como Zabumba, o conjunto veio a ser divulgado pela imprensa, que a ele se refere quando das festas em regozijo pela independência da Bahia, segundo notícia a Gazeta de Pernambuco, na edição de 19 de julho de 1823: “... enquanto se preparava a grande iluminação, e com repiques de sinos, zabumba, flauta, viola, clarinetes, etc.”

Como Zabumba, são conhecidas as bandas de pífanos do interior das Alagoas, também denominadas de Isquenta Muié, Banda de Couro e Banda Cabaçal, formadas por dois pífanos de taquara, pratos, tarol e zabumba; presentes em todas as festividades religiosas, inclusive no acompanhamento das procissões, na zona rural e em pequenas cidades do nosso interior.

No século XIX, as procissões do Recife passaram a tomar como modelo a procissão de Cinza da Ordem Terceira de São Francisco. Nesta última, em 1814, o mestre capela Jerônimo Coelho de Carvalho recebe a importância de 8 mil réis (8\$000) pela apresentação de um coro formado por quatro meninos e quatro sacerdotes, conjunto que se repete na mesma solenidade nos anos de 1816 e 1818.

Em 1831, através de postura da Câmara Municipal do Recife, vieram a ser proibidas as presenças de “farricocos e papangus, figuras da morte e de tiranos, nas procissões que a igreja celebra no tempo da Quaresma, por tomarem o ato irrisório e indecente: os administradores contraventores pagarão a multa de 4\$000 e os representantes de tais objetos sofrerão vinte quatro horas de prisão”.

A procissão de Cinza, por sua vez, estendeu-se até o ano de 1864, quando saiu pela última vez. Dela restam, no Museu Franciscano de Arte Sacra, da Rua do Imperador, algumas imagens e andores, confeccionados em Lisboa em 1708, testemunhas de um tempo em que tal procissão levava ao delírio as multidões que tomavam conta das ruas do Recife.

A partir da segunda década do século XIX, os conjuntos de cometeiros, timbaleiros e charameleiros vão, pouco a pouco, cedendo lugar às bandas de música dos regimentos militares, do 2º, 9º e 10º Batalhões de Linha. Dois desses regimentos são anotados nas festas da irmandade do Santíssimo Sacramento da paróquia de Santo Antônio, nos anos de 1820, 1824, 1826, 1829, 1830, 1831, 1835, 1836, 1838, 1839 e 1840. Dos livros daquela irmandade constam, ainda, o concurso de “música de zabumba” nos anos de 1825, 1827 e 1828; pela presença desse instrumento, a sobressair-se dos demais, zabumba seria a nova denominação das charamelas.¹²

12 DINIZ, Jaime Cavalcanti. *Músicos pernambucanos do passado*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1979. v. 3. p. 107-109.

A constância das procissões no Recife mexiam com toda a cidade, criando modas e provocando críticas na imprensa. Tal cenário não passou despercebido ao Padre Lopes Gama que em *O Carapuceiro*, de 5 de abril de 1834, se mostra enfático:

.... não reprovoo pois nas nossas procissões senão os abusos, palhaçadas e indecências, que nelas há introduzido a desgraça da fantasia de alguns, talvez devotos, mas pouco asseados, e bem assim que se não vá a elas com aquele espírito de religiosidade, com que foram limitados. [...] Ferve namoro por todas as ruas e de umas para outras varandas; e os gamenhos andam divididos em patrulhas ...[....] A súcia de gamenhos nem dá fé das imagens que vão na procissão, porque têm os olhos cravados nas santinhas da terra. [...] Ainda alcancei o inferno nas procissões de cinza; e já nesse tempo era objeto de risota para a maior parte do povo.[....] A religião não consiste em mascaradas.

Graças à frequência desses préstitos, surgiram as especialistas em vestir “anjos de procissão”, com anúncios pela imprensa: “vestuários bordados, recebidos pelo vapor inglês, e portanto qualquer pessoa que queira uma figura ricamente vestida, poderá se dirigir à mesma casa, onde serão satisfeitos os seus desejos”.

A designação de “rua de procissão” valorizava os sobrados que, por ocasião da quaresma, se transformavam em verdadeiros charmariz de visitas das mais diversas, como observa Mário Sette¹³:

Esse seria um dos maiores atrativos para quem andasse à procura de nova residência. Um charmariz, como se dizia. Porque se teria à porta, durante o ano, o espetáculo, jamais cansativo, desses pomposos cortejos em que se reverenciava a divindade, e ao mesmo tempo via-se tanta gente conhecida.

A presença da banda militar, no acompanhamento das procissões, fez surgir a necessidade da criação de um estilo de marcha próprio a ser executado durante a realização dos préstitos religiosos. Uma marcha que, diferente do dobrado e da marcha militar, que podem atingir o andamento de duzentos e dez semínimas por minuto, fosse mais lenta, permanecendo o seu andamento

13 SETTE, Mário. *Arruar – História pitoresca do Recife antigo*. Recife: Secretaria de Educação de Cultura, 1978. p. 224

de oitenta a cem semínimas por minuto. Um andamento compatível com o passo das irmandades, devotos e seguidores das procissões. Marchas processionais, marcadas pelas pancadas cadenciadas do surdo e o retinir de pratos, como nas óperas de Verdi (*Aída*), Mozart (*A flauta mágica*) e Wagner (*Os mestres cantores*).

As chamadas marchas de procissão continuam presentes no repertório de nossas bandas, militares e civis, executadas com garbo durante o acompanhamento dos préstitos religiosos que acontecem em nossas ruas, podendo ser cantadas – como a *Oração de São Francisco*, segundo arranjo do maestro Edson Rodrigues –, ou simplesmente executadas no estilo dos dobrados; a exemplo de *Republicana*, composta por Fonseca Dantas (Tonheca).

Gênero de difícil composição, a marcha de procissão teve seus cultores, como o padre Cromácio Leão e o subtenente Vandivel Amaral, este último da Banda da Polícia Militar de Pernambuco. Numa consulta ao arquivo da Banda Municipal do Recife, fomos encontrar as seguintes composições: *Archí*, s.a. [sem autoria]; *Alba*, s. a.; *Brumas*, Vandivel Amaral; *Dom Divino*, Lourenço (Zoró); *Frei Julião*, H. Guerreiro; *Luz do Oriente*, Vandivel Amaral; *Marcha* n.º 1, Padre Cromácio Leão; *Nossa Senhora do Carmo*, Ademir Araújo; *Padre João*, João Franco; *Redenção*, Antônio Albuquerque; *Sagrada Família*, José Genuíno; *Santa Teresinha*, s. a.; *Santa Cecília*, Antônio Albuquerque; *São Judas Tadeu*, João Edson Freitas; *São João Batista*, Vandivel Amaral; *Republicana*, Fonseca Dantas (Tonheca); *Madrugada de ilusão*, Manuel Albino; *As ninfas do amor*, s. a.; *Osana e Interlúdio*, Vandivel Amaral.

Hoje, como ontem, as procissões continuam a atrair multidões que superlotam as ruas do Recife, Olinda e diversas outras cidades brasileiras. Ontem se tornavam mais amiúdes, por vezes reunindo multidões só comparáveis com as que hoje se acotovelam nas ruas durante os dias de Carnaval. Mesmo com o passar de quase cinco séculos, com as mudanças ocorridas nas crenças, hábitos e costumes da sociedade, as procissões continuam presentes em nossas ruas. Coloridas com as opas das seculares irmandades, abertas por grandes pendões (como o da procissão de Passos), trazendo lanternas e cruces-de-prata portuguesa, carregando preciosos andores, com imagens assinadas por santeiros consagrados como Manoel

da Silva Amorim¹⁴ e outros artistas famosos, bandas de música, centenas de penitentes e uma multidão de devotos a engrossar o coro. Procissões seculares. Algumas do “tempo dos flamengos”, como as do Encerro e do Senhor Bom Jesus dos Passos, que diz a tradição remontar ao ano de 1654. Procissões contritas e piedosas, como a do Senhor Morto e a de Corpus Christi; coloridas e alegres, como as de Nossa Senhora dos Prazeres dos Montes Guararapes, Nossa Senhora do Morro da Conceição e de Nossa Senhora do Carmo, que acontece no dia 16 de julho, festejando a co-padroeira da cidade do Recife. Procissões com lugar que congregam multidões em bairros distantes, como as de Santa Luzia, na Torre, e Santo Antônio, em Água Fria.... Procissões e mais procissões, todas elas arrastando multidões, mescladas de pagadores de promessa, fiéis devotos, moças namoradeiras, beatas de vozes esganiçadas ou simples curiosos Hoje, como ontem, as procissões estão nas ruas, despertando a fé e a devoção do povo brasileiro há quase cinco séculos.

14 - Nascido no Recife em 1793 e falecido na mesma cidade, em 7 de julho de 1873, conforme notícia o *Diário de Pernambuco*, é autor da imagem do Senhor Bom Jesus dos Passos e de outras existentes na igreja de Santa Cruz, da Madre de Deus, Ordem Terceira de São Francisco do Recife e Capela Dourada.